



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO
TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: 0002.070328/2022-97

Pregão Eletrônico: 806/2022/ÉPSILON/SUPEL/RO

Objeto: Aquisição de botas, luvas, conjunto herbicida, protetor auricular, Respirador facial completo e óculos de proteção, para os agentes de endemias dos municípios e estado conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPI's) para os agentes de combate a endemias que trabalham nos setores de controle vetorial dos municípios, com objetivo de preservar a saúde do operador de equipamento para aspersão de inseticidas, manipulações para distribuição, diluição e demais contatos com inseticidas, a pedido da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA.

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, através de sua Presidente e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na Portaria Nº 20/2022 de 14 de fevereiro de 2022, publicada no DOE no dia 23 de fevereiro de 2022, em atenção ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, pela empresa: **VITÓRIA S.C. LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.760.066/0001-90, para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, já qualificada nos autos epígrafados, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

1. DA ADMISSIBILIDADE

Dispõe o Artigo 44 do Decreto Estadual 26.182/2021 alinhado ao 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/02, que:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer. § 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias. Artigo 4º. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos...”

De acordo com o Edital – item 14 e subitens - os recursos devem ser interpostos tempestivamente nos prazos prescritos em lei (Lei 10.520/02), bem como de forma escrita e com fundamentação.

Verifica-se que as peças recursais das recorrentes foram anexadas ao sistema Comprasnet em tempo hábil, conforme prevê a legislação em vigor e ata de julgamento do certame 0035289739.

2. DA SÍNTESE DO RECURSO 0035501586

Dos itens 01, 02, 03 e 04

A recorrente apresenta seu inconformismo acerca da classificação da proposta da empresa MORENO E MARTINHAGO LTDA, visto que a mesma ofereceu produtos que não atendem integralmente todas as especificações editalícias.

Afirma que não foram atendidas as seguintes especificações:

a. Cano: Espessura 2,6mm (mínima) cabedal;

b. Contém polímero plástico em PCV e massa nitrílica (toque emborrachado melhora o grippe, melhora a resistência à abrasão, impede o ressecamento e trincas e minimiza a agressão do sangue)

c. Ranhuras 9,7mm no salto (boa tração, fácil limpeza, retarda a passagem de temperaturas e não impede o fluxo de líquidos), contém polímero plástico de PVC, reforçado com massa nitrílica.

d. Solado: polímero plástico de PVC, reforçado com massa nitrílica

e. Área frontal do solado aberto que proporciona um escoamento perfeito de líquidos.

Diz que a “ficha técnica” apresentada pela Recorrida, não contém nenhuma informação que possibilite avaliar se o produto ofertado atende minimamente ao exigido no Termo de Referência, como por exemplo, porém é possível verificar que as ranhuras da botina não possuem 9,7 mm de profundidade, além de não existir área frontal aberta para proporcionar o perfeito escoamento de líquidos.

Além disso, afirma que todas as especificações técnicas exigidas, a “ficha técnica” consegue mostrar a inexistência de reforço de massa nitrílica, tendo em vista que traz a composição da botina em seu texto: produzida com composto polimérico de PVC, ou seja, o único material de composição da botina é o PVC, inexistindo quaisquer reforços de massa nitrílica.

Ao final requer que seja conhecido o recurso e que seja declarada nula ou revogada a decisão que classificou a proposta da empresa MORENO E MARTINHAGO vencedora.

Dos itens 05, 06 e 07

A recorrente apresenta seu inconformismo acerca da classificação da proposta da empresa S C DO NASCIMENTO para os itens supramencionados, visto que a mesma ofereceu produtos que não atendem integralmente todas as especificações editalícias.

Traz os requisitos não atendidos pela empresa ora declarada vencedora do certame, senão vejamos:

1 – DURABILIDADE: 67 LAVADAS. De acordo com a ficha técnica apresentada pela própria Recorrida, o “número de uso e de lavagens das peças do EPI devem ser de no máximo 30 vezes”. Ou seja, menos da metade do exigido pela Administração Pública, o que diminui em mais de 50% (cinquenta por cento) a durabilidade do conjunto.

Ora, hipoteticamente, se o conjunto for usado todos os dias após a sua aquisição, ele terá duração de apenas 30 (trinta) dias, enquanto àquele almejado pelo Governo de Rondônia deveria durar no mínimo 67 (sessenta e sete) dias. Neste caso, a aquisição deste produto ensejará em dois possíveis riscos à Administração Pública:

1º: Caso a Administração opte por utilizar o conjunto conforme sua necessidade inicial demonstrada no Termo de Referência, ou seja, 67 (sessenta e sete) vezes, estará colocando em risco os trabalhadores que vierem a utilizar o conjunto após a trigésima lavagem.

2º: Caso a Administração opte por seguir a quantidade máxima de utilizações/lavagens permitidas pelo fabricante, estará desperdiçando recursos públicos, tendo em vista que a Recorrida não chegou nem perto de estar em um valor 50% (cinquenta por cento) menor do que os próximos colocados. Ou seja, para atingir a eficácia esperada, o Governo terá que realizar 2 (duas) aquisições deste mesmo produto, o que não faz o menor sentido, sendo que houveram propostas que se enquadram dentro do Termo de Referência.

Afirma que além de confirmar que o produto é inferior ao exigido no Termo de Referência (suporta apenas 30 lavagens), o prospecto não é capaz de confirmar alguns outros requisitos, quais sejam:

a. calça tipo pijama com reforço no gavião

b. reforço em PVC até os joelhos

A ficha técnica apresentada pela Recorrida não é dotada da informação de que a calça possui reforço no gavião e, embora afirme que a mesma possui reforço até os joelhos, não apresenta qual é o material do referido reforço. Estas lacunas contrariam a cláusula 10.1.5 do Edital que exige a comprovação de adequação do produto através de documento.

Ao final requer que seja conhecido o recurso e que seja declarada nula ou revogada a decisão que classificou a proposta da empresa S C DO NASCIMENTO vencedora.

Do item 08

A recorrente apresenta seu inconformismo acerca da classificação da proposta da empresa MORENO E MARTINHAGO LTDA, visto que a mesma ofereceu produto que não atendem integralmente todas as especificações editalícias.

Traz os requisitos não atendidos pela empresa ora declarada vencedora do certame, senão vejamos:

1 – DURABILIDADE: 67 LAVADAS.

De acordo com o sítio eletrônico do fabricante através de link (<https://www.sayro.com.br/conjunto-para-aplicac-ode-agrotoxicos-sayro-agr300>) “a vestimenta “AGR 300” é aprovada para uso em um ciclo de 33 lavagens”. Tal informação também se encontra no CA informado pela Recorrida. Ou seja, a aprovação consiste em menos da metade do exigido pela Administração Pública, o que diminui em mais de 50% (cinquenta por cento) a durabilidade do conjunto.

Ora, hipoteticamente, se o conjunto for usado todos os dias após a sua aquisição, ele terá duração de apenas 33 (trinta e três) dias, enquanto àquele almejado pelo Governo de Rondônia deveria durar no mínimo 67 (sessenta e sete) dias. Neste caso, a aquisição deste produto ensejará em dois possíveis riscos à Administração Pública:

1º: Caso a Administração opte por utilizar o conjunto conforme sua necessidade inicial demonstrada no Termo de Referência, ou seja, 67 (sessenta e sete) vezes, estará colocando em risco os trabalhadores que vierem a utilizar o conjunto após a trigésima lavagem.

2º: Caso a Administração opte por seguir a quantidade máxima de utilizações/lavagens permitidas pelo fabricante, estará desperdiçando recursos públicos, tendo em vista que a Recorrida não chegou nem perto de estar em um valor 50% (cinquenta por cento) menor do que os próximos colocados. Ou seja, para atingir a eficácia esperada, o Governo terá que realizar 2 (duas) aquisições deste mesmo produto, o que não faz o menor sentido, sendo que houveram propostas que se enquadram dentro do Termo de Referência.

Afirma que o edital previa no item 10.1.5 (do Termo de Referência), como critério de classificação, a apresentação de prospecto para comprovação e aferição das especificações técnicas.

No entanto, além de confirmar que o produto é inferior ao exigido no Termo de Referência (suporta apenas 33 lavagens), o prospecto não é capaz de confirmar alguns outros requisitos, motivo pelo qual consideram-se inexistentes, quais sejam:

a. tecido misto 50% algodão, 50% poliéster estruturado para maior resistência a lavagens

b. costuras reforçadas

c. calça tipo pijama com reforço no gavião, reforço em PVC até os joelhos

Além desses argumentos, a recorrente ainda diz que a empresa não atende outro requisito:

a. Boné tipo Árabe com saia de 30cm ajuste por velcro

De acordo com o sítio eletrônico da fabricante, cujo link se encontra no presente recurso, o boné árabe não possui ajuste por velcro, uma vez que o mesmo é costurado, ou seja, não há como se falar no ajuste do mesmo.

Foram apontadas no presente recurso não só uma, como diversas inadequações do produto ao Termo de Referência, o que configura grave violação aos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, o que jamais pode ocorrer.

Ao final requer que seja conhecido o recurso e que seja declarada nula ou revogada a decisão que classificou a proposta da empresa MORENO E MARTINHAGO vencedora.

3. DA SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES 0035501921

Itens 05, 06 e 07

A contrarrazoante alega que em simples consulta no site <https://consultaca.com/4979/vestimenta-tipo-conjunto> / averigua-se através do processo n.º 46000000649201516 que o CA 4979, produzido pela empresa Ensegel Equipamentos de Segurança Ltda, que foram ofertados pela empresa VITÓRIA SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA encontra-se vencido. Como também, cita que os testes foram de apenas 30 (trinta) lavagens.

Afirma que em consulta a vários fornecedores, em nenhum deles foi encontrado o produto que resista a 67 (sessenta e sete) lavagens oferecendo ao funcionário sua devida proteção dérmica contra inseticidas ou herbicidas. Recomendando a quantidade máxima de 30 (trinta) lavagens para a segurança e saúde do trabalhador.

Observamos que as empresas que participaram do processo licitatório, nenhuma ofertou o produto com essa característica exigida na descrição do Edital. O EPI não deve ser “lavado”, mas sim descontaminado. Qual a diferença? Lavar pressupõe esfregar, pôr na máquina de lavar, usar

sabão. Mas isso danifica o tratamento de hidrorrepelência que confere a proteção do EPI.

Assim, a sujeira mais pesada deve ser ignorada, pois tentar retirá-la poderá comprometer a segurança do usuário.

Para que seja preservada a capacidade hidrorrepelente, o procedimento para descontaminação deve seguir as seguintes recomendações:

- a) descontamine em local separado de roupas de uso normal, utilizando sempre luvas e avental impermeáveis;
- b) a descontaminação deverá ser realizada imediatamente ao final da jornada de trabalho, para evitar que o agrotóxico seque na superfície da vestimenta, o que irá dificultar a descontaminação;
- c) mergulhe e agite a vestimenta na água com sabão neutro por cerca de 10 minutos, sem esfregar;
- d) enxágüe bem em água corrente;
- e) NÃO USE sabão comum, alvejantes, escova ou máquina de lavar, somente sabão neutro;
- f) NUNCA ferver o EPI nem deixar de molho;
- g) PASSAR ferro seco bem quente nas partes de algodão para reativar a hidrorrepelência;
- h) Marque a descontaminação no quadro “controle de descontaminação” na etiqueta da vestimenta.

INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO

Após cada descontaminação (que deve ocorrer ao final de cada jornada de trabalho), respingar água sobre o tecido para testar a hidrorrepelência. Caso o tecido apresente umedecimento, descartar a vestimenta. Esta vestimenta suporta até 30 descontaminações ou até passar no teste do respingo, não devendo ser usada depois que chegar a qualquer uma dessas condições. Verifique também detalhadamente a integridade das costuras e do tecido, certificando-se que não há nenhum rasgamento que possa comprometer a eficácia da proteção ao corpo do usuário. Armazene a vestimenta em locais secos, ventilados e sem excessos de temperatura.

DESCARTE DO EPI

Se o EPI foi descontaminado 30 vezes ou não passou pelo teste do respingo (indicado no item “inspeção e manutenção”) – o que acontecer primeiro –, ele deve ser inutilizado e descartado seguindo o procedimento:

- a) Após terminada a vida útil do EPI, este deverá ser lavado conforme os procedimentos indicados no item “limpeza”;
- b) Descartar como lixo comum (desde que devidamente descontaminado).

Ao final requer que seja negado provimento ao recurso, mantendo a decisão que declarou a empresa S C DO NASCIMENTO vencedora do certame.

4. DA ANÁLISE

Cumprido dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório, estão em perfeita consonância com as determinações legais, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência, bem como ao

juízo objetivo e vinculação ao Instrumento convocatório, e demais princípios que lhe são correlatos.

Trazemos a questão um enfoque especial ao Princípio da Eficiência, o qual define que a atividade estatal e todas as suas competências devem ser norteadas e exercitadas do modo mais satisfatório possível.

Neste sentido nos ensina o doutrinador Marçal Justen Filho que:

"A eficácia administrativa determina que os fins buscados pela Administração devem ser realizados segundo o menor custo econômico possível, o que não é sinônimo da obtenção do maior lucro." (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Editora Revista dos Tribunais, 2015.)

Podemos afirmar que, o princípio da eficiência é aquele que orienta a Administração Pública a tomar suas decisões baseadas no interesse da coletividade, visando otimizar da melhor forma possível os recursos dispendidos pela Administração de forma que a contratação seja satisfatória e célere, não podendo, contudo, privilegiar a busca da eficiência em detrimento dos outros princípios aplicados à contratação pública.

Neste sentido cabe observar que os demais princípios aplicados às contratações públicas, foram observados, visto que foi dada a oportunidade de todos os participantes apresentarem suas propostas, atendendo as disposições do instrumento convocatório, na ocasião obter êxito na seleção de uma proposta válida.

As formalidades descritas no instrumento convocatório foram alinhadas ao Termo de Referência, e devem ser cumpridas, sem que se deixe de observar, contudo, os fins a que se destinam, assim, excessos de rigorismo não podem afastar competidores e prejudicar os usuários, conforme previsão nos termos do edital.

24.11. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

Deve-se, portanto, afastar as exigências inúteis ou excessivas que possam diminuir o caráter competitivo do certame, possibilitando à Administração a escolha da proposta que lhe seja mais vantajosa.

O art. 2º, §2º, do Decreto Estadual nº 26.182, de 24 de junho de 2021, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico, faz referência a este princípio. A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, tendo em vista que busca a proposta mais vantajosa.

Foi pensando na finalidade e segurança da contratação, é que foram definidos os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência que foi devidamente aplicado nas análises realizadas em relação as propostas apresentadas, com apego as questões técnicas, definindo de forma clara e objetiva aqueles que atendiam ao pretendido ou não.

Passamos a expor.

As propostas recebidas para o certame foram encaminhadas para a Unidade requisitante com a finalidade de avaliação técnica com emissão de parecer, em observância as regras dispostas no Termo de Referência, visto que o objeto pretendido é Aquisição de botas, luvas, conjunto herbicida, protetor auricular, Respirador facial completo e óculos de proteção, para os agentes de endemias dos municípios e estado conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPI's) para os agentes de combate a endemias que trabalham nos setores de controle vetorial dos municípios, com objetivo de preservar a saúde do operador de equipamento para aspersão de inseticidas, manipulações para distribuição, diluição e demais contatos com inseticidas, a pedido da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA., objeto alheio ao conhecimento da Pregoeira.

Logo, para fins de classificação das propostas no quesito técnico, a Pregoeira baseou sua decisão no Despacho emitido, juntado aos autos 0035227290, o qual concluiu que as propostas apresentadas estavam aptas:

De: AGEVISA-GTVAM

Para: AGEVISA-NMC

Processo Nº: 0002.070328/2022-97

Assunto: Análise de Propostas

Após procedida a análise das propostas apresentadas, informamos que as propostas estão de acordo com o termo de referência id 0034716266.

Atenciosamente.

Documento assinado eletronicamente por **Joana Darc Neves Costa, Técnico(a)**, em 20/01/2023, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **CESARINO JUNIOR LIMA APRIGIO, Técnico**, em 20/01/2023, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Glauciane da Silva Bifano Tavares, Chefe de Núcleo**, em 20/01/2023, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035227290** e o código CRC **8C8F1241**.

Assim, esta Pregoeira procedeu com a classificação das empresas S C DO NASCIMENTO e MORENO E MARTINHAGO.

(...)

Pregoeiro 24/01/2023 09:01:58 Concluída a avaliação técnica das propostas, com base no parecer técnico emitido a Pregoeira DECIDE:

Pregoeiro 24/01/2023 09:02:07 CLASSIFICAR a proposta da empresa S C DO NASCIMENTO nos itens 05, 06, 07 e 15.

Pregoeiro 24/01/2023 09:02:14 CLASSIFICAR a proposta da empresa MORENO E MARTINHAGO nos itens 01, 02, 03, 04, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14

(...)

Visando almejar qualquer inconsistência quanto ao julgamento deste recurso, tendo em vista que as razões apresentadas pela recorrente em fase recursal são de caráter técnico, e em homenagem ao princípio da autotutela administrativa, esta Pregoeira remeteu os autos do processo administrativo para o órgão requerente a fim de manifestação técnica.

Em conformidade com o solicitado, a AGEVISA-NMC, se manifestou através da Resposta 0036432637, no qual afirma que os produtos são APTOS ao atendimento das necessidades daquela Secretaria.

Desta feita, traremos o conteúdo do despacho retro mencionado:

RESPOSTA

O presente documento tem como objetivo responder aos questionamentos de recursos interpostos pela empresa VITÓRIA SC LTDA id's 0035501586, 0035501655, 0035501683 que em suas redações enumeram requisitos que podem enquadrar produtos indicados pela empresa vencedora do certame em desconformidade com o edital id 0034764273, destarte a isso cabe a ressaltar que em suas contrarrazões id 0035501921 a empresa S.C. do Nascimento rebate cabalmente e com argumentos os recursos acima mencionados.

A cerca do recurso id 0035501586 ressalta-se oportunamente que PVC é a sigla usada para identificar o polímero de adição policloreto de vinila, o que a empresa vencedora fornece é compatível ao que se solicita no Edital supramencionado, deste modo o recurso não foi acatado.

A Cerca do recurso id 0035501655 o que se explicita aqui é totalmente respondido pela contrarrazão id 0035501921, e o que se solicita no edital de licitação supramencionado, desta, forma o recurso ora analisado não foi acatado.

A Cerca do recurso id 0035501683 ressalta-se oportunamente que o bonê do modelo árabe oferecido é autoajustável de forma que dispensa o uso de velcro ou outro tipo de presilha ajustadora.

Diante do exposto remetemos os autos não dando prosseguimento aos recursos interpostos, solicitando que respeitosamente o processo de aquisição seja continuado.

Porto Velho, 09 de março de 2023.

FILIFE JEFERSON GUEDES ARAGÃO - CHEFE NMC

CESARINO JUNIOR LIMA APRIGIO - GERENTE DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

CEL BM GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA - DIRETOR GERAL AGEVISA

Documento assinado eletronicamente por **FILIFE JEFERSON GUEDES ARAGAO, Técnico**, em 09/03/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Gilvander Gregorio de Lima, Diretor(a)**, em 09/03/2023, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Valdir Franca Soares, Técnico**, em 13/03/2023, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **CESARINO JUNIOR LIMA APRIGIO, Gerente**, em 13/03/2023, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036432637** e o código CRC **D5F85808**.

5. DA DECISÃO

Em suma, sem nada mais evocar, pelas razões de fato e de direito acima expostas, certa que a Administração, em tema de licitação, está vinculada, ao princípio da legalidade, da razoabilidade e da eficiência e dos demais princípios que lhe são correlatos, bem como, das normas estabelecidas no instrumento convocatório, conhecemos do recurso interposto pela empresa VITÓRIA SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA, e a Pregoeira decide:

1. MANTER **HABILITADA** a empresa MORENO E MARTINHAGO LTDA nos itens 01,02,03,04 e 08, e a empresa S C DO NASCIMENTO nos itens 05,06 e 07.

Por fim, remeto os autos a autoridade superior competente na forma do Art. 13, inciso IV do Decreto Estadual 26.182/2021, alinhado ao § 4º, do art. 109, da Lei de Licitações 8.666/93 para análise e decisão.

Data e hora do sistema.

Marina Dias de Moraes Taufmann

Pregoeira da Equipe ÉPSILON/SUPEL

Mat. 300114886



Documento assinado eletronicamente por **Marina Dias de Moraes Taufmann, Pregoeiro(a)**, em 22/03/2023, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036774300** e o código CRC **DAA5E14B**.